

Índice

Prefácio	xv
Nota Prévia	xvii
Siglas	xix
Plano de exposição	1

PARTE I FUNDAMENTOS GERAIS DA ARBITRAGEM VOLUNTÁRIA

CAPÍTULO 1

Do conceito, regime jurídico, natureza jurídica, institutos jurídicos afins, objecto, elementos constitutivos, origem e evolução histórica da Arbitragem Voluntária

1.1. Introdução	11
1.2. Conceito de arbitragem voluntária	12
1.2.1. Apreciação crítica do conceito de Arbitragem Voluntária... 15	
1.3. O regime e a natureza jurídica da Arbitragem Voluntária	17
1.3.1. A tese contratualista	19
1.3.2. A tese jurisdicionalista	21
1.3.3. A tese autonomista	22
1.3.4. A tese mista ou híbrida.....	23
1.4. Elementos constitutivos da arbitragem	24
1.4.1. O objecto de regulamentação na Arbitragem Voluntária....	25
1.5. A Arbitragem Voluntária e outros institutos jurídicos afins	26

1.5.1. Uma nota sobre a Arbitragem Desportiva.....	29
1.5.2. Uma nota sobre a arbitragem necessária	30
1.5.3. Arbitragem voluntária e conciliação.....	30
1.5.4. Arbitragem voluntária e mediação	33
1.6. Espécies de arbitragens.....	37
1.7. Origem e evolução histórica da Arbitragem Voluntária.....	39
1.7.1. A Arbitragem Voluntária em Angola	48

CAPÍTULO 2

Pressuposto, requisitos, modalidades e efeitos da Arbitragem Voluntária

2.1. Introdução	51
2.2. Pressuposto da Arbitragem Voluntária.....	52
2.2.1. A convenção de arbitragem	52
2.3. Modalidades de arbitragens.....	70
2.4. Efeitos da convenção de arbitragem	72

CAPÍTULO 3

Estrutura e funcionamento do Tribunal Arbitral

3.1. Introdução	75
3.2. Constituição do Tribunal Arbitral	75
3.3. Composição do Tribunal Arbitral.....	77
3.4. A competência da competência do Tribunal Arbitral.....	79
3.5. O árbitro	88
3.5.1. Conceito de árbitro	88
3.5.2. A designação do árbitro.....	88
3.5.3. O perfil e as qualificações do árbitro.....	91
3.5.4. Estatuto do árbitro	95
3.5.5. A responsabilização dos árbitros	97
3.5.6. Efeitos da liberdade de aceitação do encargo de árbitro....	100
3.5.7. Fundamentos para o árbitro recusar sê-lo	102
3.6. Intervenção de terceiros	110
3.7. A determinação das regras na condução do processo arbitral	119
3.7.1. Os limites da definição das regras do processo	121
3.7.2. Momento da determinação das regras processuais.....	122
3.8. Determinação do local da arbitragem.....	123
3.9. Critério e necessidade de determinação da língua a ser utilizada no foro arbitral	125

3.10. Procedimento para a determinação da regra do Direito aplicável ao fundo da causa	127
3.11. A importância do <i>soft-law</i> na regulação do Tribunal Arbitral.....	136
3.12. Os princípios aplicáveis em processos arbitrais	138

CAPÍTULO 4

Organização do Tribunal Arbitral

4.1. Introdução	143
4.2. Início do processo arbitral	143
4.3. Conferência preparatória.....	144
4.4. Acção de petição e de contestação	146
4.5. Providências cautelares e ordens preliminares	148
4.6. Ordem preliminar.....	152
4.7. Sentença arbitral	155
4.7.1. Natureza e eficácia da sentença arbitral.....	155
4.7.2. Forma da sentença arbitral	156
4.7.3. Prazos para proferir a sentença arbitral	157
4.7.4. Rectificações e esclarecimentos da sentença arbitral	158
4.8. Impugnação da sentença arbitral.....	159
4.8.1. Acção de anulação da decisão	160
4.8.2. Acção de recurso	165
4.8.3. Acção de oposição à execução	165
4.9. Reconhecimento e execução da sentença arbitral, critério de distinção entre arbitragem internacional e arbitragem estrangeira.....	167
4.9.1. O problema da nacionalidade na arbitragem	169
4.9.2. Os requisitos do reconhecimento da sentença estrangeira	170
4.10. O encerramento do processo e do Tribunal Arbitral	174

PARTE II
OS DESAFIOS DA APLICABILIDADE DA ARBITRAGEM
PERANTE O SISTEMA JUDICIÁRIO ANGOLANO

CAPÍTULO 5

A desjurisdicionalização do sistema judicial angolano

5.1. Introdução	181
5.2. A constitucionalização da Arbitragem Voluntária.....	182
5.2.1. Angola um país aberto e amigo da Arbitragem Voluntária	183
5.3. Os desafios do Estado angolano na desjurisdicionalização do sistema judicial como garantia constitucional de acesso ao direito e à tutela jurisdicional efectiva	186
5.4. Fundamentos da desjurisdicionalização do sistema judicial angolano	188
5.4.1. O problema da morosidade processual	190
5.4.2. O problema da insuficiência de meios financeiros.....	192
5.4.3. O problema da crise da administração da justiça	197
5.4.4. O problema actual da reforma da justiça e do direito em Angola.....	199
5.4.5. Solução para a actual reforma da justiça e do direito.....	200
5.5. Os fundamentos do acesso à justiça e à tutela jurisdicional efectiva	203
5.6. A Arbitragem Voluntária como mecanismo de acesso ao Direito e à realização da justiça	205
5.7. Características da Arbitragem Voluntária	206
5.7.1. Autonomia das vontades	207
5.7.2. Celeridade.....	209
5.7.3. Confidencialidade	209
5.7.4. Segurança	210
5.7.5. Flexibilidade	210
5.7.6. Simplicidade	210
5.7.7. Especialidade	211
5.7.8. Neutralidade	211

CAPÍTULO 6

Necessidade de promoção e consolidação da cultura da Arbitragem Voluntária

6.1. Introdução	213
6.2. A construção de uma justiça de proximidade como meio de acesso ao direito e a tutela jurisdicional efectiva	214
6.3. A magistratura e a arbitragem na busca da justiça.....	215
6.4. A necessidade de promoção da cultura da arbitragem em Angola	217
6.5. O papel dos actores sociais na promoção e consolidação da Arbitragem Voluntária	218
6.5.1. O Estado.....	218
6.5.2. As entidades eclesásticas	219
6.5.3. Os operadores do direito e da justiça.....	219
6.6. A Arbitragem Voluntária como factor de democratização e socialização da justiça	221

PARTE III

A ARBITRAGEM COMO GARANTIA PARA O INVESTIMENTO PRIVADO

CAPÍTULO 7

Uma análise do novo regime jurídico do investimento privado em Angola

7.1. Introdução	225
7.2. O actual regime jurídico do investimento privado em Angola	226
7.3. Objecto e objectivo da criação da nova lei de investimento privado	226
7.4. Âmbito de aplicação.....	226
7.5. Valor mínimo de investimento e política de repatriamento de capital	227
7.6. Modalidades de investimento privado	227
7.6.1. Investimento interno, tipos de operações e formas de realização	227
7.6.2. Investimento externo: tipos de operações e formas de investimento	230
7.6.3. Investimento misto	231
7.7. Regimes de investimentos, benefícios e facilidades para o investimento.....	233
7.8. Direitos e garantias do investidor privado.....	237
7.9. Causas de extinção dos benefícios	238

CAPÍTULO 8

Contributo da Arbitragem Voluntária como garantia jurídica
para o investimento privado

8.1. Introdução	239
8.2. Factores impulsionadores do investimento estrangeiro.....	241
8.2.1. Nos países desenvolvidos	242
8.2.2. Nos países subdesenvolvidos.....	243
8.3. Óbices ao investimento estrangeiro	244
8.4. O que é a arbitragem de investimento?.....	245
8.5. Promoção e consolidação da arbitragem como garantia para o investimento	245
8.6. Novos paradigmas sobre a arbitragem de investimento estrangeiro na União Europeia	248
8.7. Os mecanismos e instrumentos jurídicos de resolução de litígios entre Estados e investidores estrangeiros.....	253
8.7.1. A protecção diplomática.....	254
8.7.2. <i>Mixed claim commissions</i>	256
8.7.3. <i>Mixed arbitral tribunal</i>	256
8.7.4. Centro Internacional para Resolução de Diferendo Relativos a Investimentos (ICSID).....	257
8.8. Caracterização das posições pró e contra a arbitragem de investimentos, e sua razão de ser	259
8.9. Função dos tratados bilaterais de investimento estrangeiro	263
8.9.1. <i>Umbrella clauses</i>	264
8.9.2. Métodos aplicáveis na resolução de controvérsias no investimento privado	266
8.10. Novos rumos sobre a arbitragem de investimento	267
Conclusão	269
Referências bibliográficas	273